

Licitação e desenvolvimento nacional sustentável

Teresa Villac Pinheiro Barki

Resumo: A Lei nº 12.349/10 alterou a Lei nº 8.666/93 e introduziu a “promoção do desenvolvimento nacional sustentável” como um dos objetivos licitatórios (artigo 3º, *caput*, LLCA). O presente artigo analisa o conceito de desenvolvimento sustentável, sua inserção na Constituição Federal e relações entre contratações públicas e sustentabilidade.

Palavras-chave: Licitação. Desenvolvimento nacional sustentável.

Sumário: 1 Introdução – 2 Lei nº 12.349/10: principais alterações na Lei nº 8.666/93 – 3 Licitação e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (artigo 3º, *caput*, LLCA) – 3.1 Desenvolvimento sustentável – 3.2 Licitação sustentável antes da Lei nº 12.349/10 – 3.3 Como as licitações podem promover o desenvolvimento nacional sustentável – 3.4 A importância do assessoramento jurídico ambiental – 4 Conclusões – Referências

1 Introdução

A Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, introduziu significativas alterações na Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LLCA). Resultante da conversão da Medida Provisória nº 495, de 19.07.10, a comunidade jurídica foi

surpreendida com a introdução no artigo 3º, *caput*, de disposições não previstas originalmente na referida Medida Provisória.

Trata-se da institucionalização da “promoção do desenvolvimento nacional sustentável” como um dos objetivos da licitação. Ponto fulcral da Lei nº 12.349/10, ao lado de relevantes alterações efetuadas na sistemática administrativa contratual nacional, não há mais como desvincular sustentabilidade de contratação pública.

Com este estudo, objetiva-se apresentar um panorama do desenvolvimento sustentável e suas relações com o direito administrativo, mormente no tocante às contratações públicas, no que comumente se denomina de licitação sustentável.

Será apresentada uma visão panorâmica das principais modificações introduzidas pela Lei nº 12.349/10 na Lei de Licitações e Contratos Administrativos para, a seguir e com mais vagar, examinarmos uma das alterações constantes da novel legislação, qual seja: a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Neste contexto, é importante consignar que a opção metodológica do presente estudo foi o aprofundamento de uma das temáticas introduzidas pela Lei nº 12.349/10, com o objetivo de, na especificidade, procurar contribuir para o debate e amadurecimento das questões ora levantadas.

2 Lei nº 12.349/10: principais alterações na Lei nº 8.666/93

A Lei nº 12.349/10 é exemplo típico da utilização do direito positivo como instrumento para viabilizar a atuação do Estado na formulação e implementação de políticas públicas e como indutor do desenvolvimento em setores estratégicos.

Iniciamos seu exame com menção à possibilidade de estabelecer

margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, com lastro em estudos que considerem a geração de emprego e renda, bem como efeitos na arrecadação tributária, desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país e o custo adicional de produtos e serviços (nova redação ao artigo 3º, parágrafos 5º e 6º, LLCA).

Verifica-se a institucionalização de mecanismo jurídico (“margem de preferência em contratações públicas”) com o propósito de fomentar e desenvolver políticas públicas eleitas pelo legislador como relevantes, quais sejam: incremento da pesquisa tecnológica e redução de desigualdades econômicas e sociais (“geração de emprego e renda”).

A nova redação ao artigo 24, XII, da Lei nº 8.666/93, também é instrumento de fomento ao desenvolvimento científico ao afastar a exigência de licitação para bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica. Seu lastro de juridicidade está nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 218, Constituição Federal, consoante os quais a pesquisa científica básica deverá receber tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências e a pesquisa tecnológica deve assentar-se preponderantemente na solução dos problemas brasileiros e no desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

O objetivo de desenvolvimento nacional de setor estratégico também pode ser verificado na redação do artigo 3º, parágrafo 12º, LLCA, na medida em que a Lei nº 12.349/10 possibilita que licitações versando sobre tecnologia da informação e comunicação dirijam-se exclusivamente a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país, de acordo com regramentos da Lei nº 10.176/01 no tocante ao processo produtivo básico.

No nosso cuidar, esta última inovação é tão relevante quanto à

exclusividade licitatória para micro e pequenas empresas em contratações de até R\$80.000,00 (Lei Complementar nº 123/06 e *Decreto nº 6.204/07*).

Em acréscimo, é importante anotar que o Tribunal de Contas da União já se manifestou acerca da necessidade de regulamentação para as alterações referentes às margens de preferência, introduzidas pela Lei nº 12.349/10, conforme acórdão proferido pelo Plenário:

Considerando que a intenção do legislador, ao utilizar o vocábulo “poderá”, no parágrafo 5º, é a de conferir discricionariedade ao gestor de utilizar ou não a possibilidade de preferência por produtos e serviços nacionais em suas contratações, devendo evidenciar que a opção escolhida tem como premissa o interesse público e a conveniência do órgão, devidamente justificados;

Considerando que a aplicação da lei, neste caso, não é de efeito imediato, uma vez que carece de delinição pelo Poder Executivo Federal o estabelecimento do percentual referente à margem de preferência e que, portanto, demandará certo tempo para ser implementada, (...). (TCU – Acórdão nº 263/2011 – Plenário – Rel. Ministro Ubiratan Aguiar – Sessão: 23.03.11)

3 Licitação e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (artigo 3º, *caput*, LLCA)

A Lei nº 12.349/10 introduziu a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como um dos objetivos licitatórios:

Artigo 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Há uma relação positivada expressa entre licitação e sustentabilidade e, no estudo desta nova equação legal nas contratações públicas nacionais e das consequências administrativas que decorrerão, devemos primeiramente considerar o que constitui o desenvolvimento sustentável.

Adiantando o tema, destacamos que, consoante dados de 2009, as contratações públicas nacionais equivalem a 10% do PIB (FGV, “Guia de compras públicas sustentáveis”, Biderman, Rachel *et al*, 2009. 2. edição) e aqui se insere a função do Estado como consumidor, fomentando novas diretrizes do mercado rumo à sustentabilidade.

3.1 Desenvolvimento sustentável

O exame do desenvolvimento sustentável remete-nos ao direito internacional público que, em instrumentos consensuais da comunidade das Nações, estabeleceu uma conceituação.¹

Conforme já tivemos a oportunidade de expor,² a noção de desenvolvimento sustentável decorreu da conjugação de dois direitos humanos fundamentais: o direito ao meio ambiente sadio

(Protocolo de San Salvador ratificado pelo Brasil em 21.08.96) e o direito ao desenvolvimento (artigo 1º da Resolução nº 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4.12.1986).

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU), através do Relatório Brundtland de 1987, conceituou desenvolvimento sustentável como *aquela que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades*. Objeto de revisão em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo agregou ao conceito os requisitos essenciais de *erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção e a proteção e manejo da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social* (parágrafo 11 da Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, 2002).

Atualmente, esta é a delimitação, na esfera do direito internacional público, de desenvolvimento sustentável.

No ordenamento brasileiro, o conceito vem inserido na Constituição Federal de 1988, por interpretação sistemática dos artigos 225, *caput*, e 170, VI, assentado que ao Estado incumbe a preservação ambiental e que a defesa do meio ambiente é também um dos princípios norteadores da ordem econômica.

Assim, consoante entendimento esposado por Lena Barcessat “as licitações (sustentáveis) não só podem como devem ser utilizadas com fins regulatórios (não apenas econômicos), visando à implementação dos ideais previstos na Constituição republicana.”³
Prossegue a autora:

Em síntese, a utilização do poder de compra do Estado, através das licitações sustentáveis com a finalidade de

regulação social, desde que respeitadas as normas e princípios constitucionais, está longe de ferir o princípio da igualdade, nem tampouco prejudica a competitividade (...). Se escolhas de produtos, por razões de conveniência e oportunidade são aceitas, com muito mais razão há que se aceitar as escolhas motivadas na necessidade de conservação e de preservação do meio ambiente (regulação social), que constitui um dever do Estado, não apenas uma mera faculdade.⁴

3.2 Licitação sustentável antes da Lei nº 12.349/10

Apreendida a possibilidade de as aquisições e contratações de serviços e obras pela Administração serem utilizadas como instrumentos públicos para o desenvolvimento sustentável, é de se observar que, antes da previsão expressa introduzida no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, as licitações sustentáveis já eram constitucionais e legais.

Neste sentido, os projetos básicos e executivos de obras e serviços devem considerar o impacto ambiental da contratação (artigo 12, VII, LLCA), sendo passível de dispensa de licitação a contratação de coleta seletiva por associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis (artigo 24, XXVII, LLCA). São hipóteses que exemplificam a preocupação legislativa com aspectos ambientais específicos nas contratações: desde seu início — com a necessidade de levantamento técnico quanto às implicações da obra/serviço no meio ambiente —, até seu término — com a destinação ambiental adequada dos resíduos gerados, em mecanismo de inclusão social condizente com os artigos 1º, III e IV, e 3º, I, III e IV, da CF 88.⁵

Além da Lei nº 8.666/93, em diplomas esparsos já se denotava a inserção da sustentabilidade na esfera jurídica das relações

públicas de consumo, como em disposição isolada do Estatuto das Cidades que, em 2001, estabeleceu como diretriz de política urbana a “adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência” (artigo 2º, VIII, Lei nº 10.257). Por sua vez, o Decreto nº 2.783/98 vedou a aquisição, por órgãos da Administração Pública Federal, de produtos ou equipamentos com substâncias que destroem a camada de ozônio.

Em acréscimo, o artigo 13, III, Lei nº 6.983/81, Política Nacional do Meio Ambiente, estabeleceu o dever de o Poder Executivo incentivar atividades voltadas ao meio ambiente com iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais, o que pode ser obtido através de contratações públicas sustentáveis. Igualmente, a contratação de parceria público-privada por concorrência pressupõe o atendimento de exigências ambientais de licenciamento do empreendimento, conforme dispõe o artigo 10, VI, Lei nº 11.079/04.

Anteriormente à Lei nº 12.349/10, a ausência de previsão expressa sobre contratações sustentáveis na Lei nº 8.666/93 desencadeou situação prática na qual a licitação sustentável se perfazia mediante a opção do gestor público por um bem ou serviço com características sustentáveis. A força da licitação sustentável estava, destarte, na especificação do objeto e na motivação administrativa.

Assim é que, nos termos do artigo 15, parágrafo 7º, I, LLCA, deve-se proceder à “especificação completa do bem a ser adquirido” e, neste sentido, o gestor sensibilizado com a importância da sustentabilidade também na esfera pública optava pela aquisição de um determinado bem menos poluente, por exemplo, inserindo as correspondentes especificações no termo de referência. Neste contexto, é importante frisar que a seleção da proposta mais

vantajosa para a Administração deve vincular-se, necessariamente, com as especificações que constaram do edital (artigo 45, parágrafo 1º, I, LLCA).

Igualmente, nas contratações de serviços e obras, a redação do artigo 7º, parágrafo 5º, Lei nº 8.666/93, possibilitava ao gestor público, por interpretação a *contrario senso*, a apresentação de motivação administrativa acerca da necessidade técnica de a contratação atender a características e especificações exclusivas.

Eram interpretações conferidas aos regramentos da Lei de Licitações e Contratos com a finalidade precípua de viabilizar juridicamente as licitações sustentáveis, sem violações aos princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Recentemente, duas importantes leis avançaram no tocante às licitações sustentáveis, com disposições mais claras e de conteúdo mais incisivo. São elas a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/09 – PNMC) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10 – PNRS):

Artigo 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

XII – as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior

economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos; (Lei nº 12.187/09)

Artigo 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

XI – prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII – integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII – estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV – incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV – estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável. (Lei nº 12.305/10)

Somando-se às inovações da PNMC e PNRS, a inserção da promoção do desenvolvimento nacional sustentável como diretriz licitatória (Lei nº 12.349/10) trouxe ao campo regulatório do direito administrativo a licitação sustentável como *regramento geral* e, a

partir de agora, a sustentabilidade, nos seus pilares ambiental, social e econômico, deverá ser considerada na prática administrativa contratual.

Assim, neste estudo sustenta-se o entendimento de que a Lei nº 12.349/10 não foi responsável pela introdução das licitações sustentáveis no ordenamento jurídico brasileiro, que já ocorriam em diversas esferas da administração direta e indireta, federal, estadual e municipal, mas teve o mérito de consagrar e disseminar a prática, generalizando-a na Lei nº 8.666/93.

Entende-se que subsiste — agora como obrigatoriedade — a importância de, no planejamento contratual, examinar em que medida a contratação contribuirá para a preservação ou deteriorará o meio ambiente. Destaca-se, também, a importância de a promoção do desenvolvimento sustentável ser atingida em concreto pela opção administrativa por bens ou serviços sustentáveis e na redução e destinação adequada dos resíduos gerados.

Assim, em cada contratação (licitação, dispensa ou inexigibilidade), o gestor público, ao lado do exame dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e seleção da proposta mais vantajosa, também deverá considerar a sustentabilidade.

3.3 Como as licitações podem promover o desenvolvimento nacional sustentável

As contratações públicas têm o condão de contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável com a inserção de critérios ambientais na aquisição de bens, realização de obras e serviços, critérios estes que se relacionam à produção, consumo e descarte, assim como exigências específicas na

execução contratual. Assim procedendo, o Estado reduzirá os impactos negativos das suas atividades sobre a saúde humana e o meio ambiente.

Neste contexto, é importante consignar que o objetivo licitatório da promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverá ser considerado pontualmente, ou seja: em cada contratação de que se ocupar a Administração Pública.

Dada a dificuldade operacional de se traduzir em termos práticos a equação “licitação” + “desenvolvimento nacional sustentável”, seguem algumas possibilidades, desde já viáveis e compatíveis com o ordenamento jurídico:

a) Planejamento da contratação

Atentando-se que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e o desenvolvimento nacional (artigo 3º, II e III, CF 88), e adotado o conceito de Estado como “ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território”,⁶ consideramos que, no exercício de suas atividades administrativas com fins à consecução do bem comum, o Estado deve nortear-se pela escolha de instrumentos que favoreçam, em concreto, a aproximação, naquela esfera de delimitação fática, dos princípios e objetivos constitucionais.

Na esfera contratual pública, a Administração fixa suas necessidades para a consecução das finalidades institucionais de cada órgão. É neste momento que ao gestor público é dado o poder-dever de eleger objetos contratuais sustentáveis. Aqui destacamos a importância da especificação técnica do bem a ser adquirido e a orientação do órgão de assessoramento jurídico (artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93) para que sejam

respeitados os princípios licitatórios da impessoalidade, isonomia e competitividade.

Será a atuação do gestor público consciente das responsabilidades da Administração e do Estado para com o meio ambiente que concretizará os ideais e princípios constitucionais socioambientais. É a resignificação da atividade administrativa cotidiana, para além da burocracia executória.

b) Normatizações ambientais nas minutas editalícias

Há diversas normatizações ambientais que regulam atividades relacionadas com as contratações públicas e a inserção delas nas minutas dos certames licitatórios também se traduz em instrumental para disseminação das licitações sustentáveis.

Neste sentido, mencionamos o Guia Prático de Contratações Públicas Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo,⁷ com compilação de regramentos ambientais usualmente incidentes em licitações e as correspondentes inclusões a serem efetuadas nas minutas.

c) Destinação ambiental adequada dos resíduos decorrentes da contratação

Aspecto ainda pouco abordado na doutrina administrativa de contratações sustentáveis, a licitação como promotora do desenvolvimento nacional sustentável deve necessariamente considerar o impacto final da contratação no meio ambiente. A atuação administrativa com foco na sustentabilidade não se esgota nos momentos prévios à contratação e na fiscalização da execução e o Poder Público deve atentar para sua parcela de responsabilidade como poluidor,⁸ reduzindo, reutilizando e gerindo

os resíduos descartados.

Assim, destacamos a importância da gestão ambiental dos resíduos, com destaque à coleta seletiva, obrigatória a todos os órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta, com regulamentos estabelecidos no Decreto nº 5.940/06.

Em reforço, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), com importantes inovações legislativas como a responsabilidade compartilhada e a logística reversa, seguida do Decreto nº 7.405/11 que a regulamentou.

Há de se refletir sobre como a Administração conduz e trata os resíduos por ela gerados, fortalecendo-se a educação ambiental nas diversas unidades organizacionais do Estado:

*A discussão conduzida pela educação ambiental está consideravelmente deslocada do eixo da formação da cidadania como atuação coletiva na esfera pública, já que há um expressivo silêncio no que se refere à implementação de alternativas para o tratamento do lixo por intermédio da regulação estatal ou dos mecanismos de mercado.*⁹

Assim, se hoje este silêncio foi rompido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos,¹⁰ há de se tornar efetivo o diálogo social que ela desencadeou e, a partir dele, constituir novas realidades, notadamente na redução e gestão dos resíduos que decorrem, diariamente e em todo o país, das contratações públicas.

3.4 A importância do assessoramento jurídico ambiental

O conceito e a delimitação do âmbito das contratações públicas sustentáveis não estão constituídos e se fará mediante a atuação dos diversos agentes do mundo jurídico e público-administrativo: doutrinadores, operadores do direito, gestores públicos e

membros dos sistemas de controle interno e externo.

O tema é embrionário na doutrina e jurisprudência brasileiras e o debate apenas se iniciou. Considerando as relações de poder entre economia, política e direito, entendemos como fundamentais a sedimentação de uma doutrina publicística sobre licitações sustentáveis e o fortalecimento do assessoramento jurídico ambiental pelas unidades públicas de consultoria (artigo 38, parágrafo único, Lei nº 8.666/93).

Com efeito, para que se confira segurança jurídica aos gestores no processo de implantação das licitações sustentáveis, os setores consultivos da Administração Pública têm função primordial. Assim, o exame da legalidade e regularidade dos processos licitatórios também deve abarcar o Direito Ambiental no que tange às matérias eventualmente incidentes em cada contratação, desde a orientação jurídica quanto à existência de leis, decretos e normatizações ambientais específicas, passando pelo exame jurídico da não violação aos princípios licitatórios da isonomia, competitividade e vantajosidade e, mormente, destacando a importância da motivação administrativa factual com lastro ambiental.

Neste sentido, é digno de nota recente Acórdão do Tribunal de Contas da União, denotando a sensibilização da Corte para a gestão pública ambiental:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que apresente, em 90 (noventa) dias, um plano de ação visando a orientar e a incentivar todos os órgãos e

entidades da Administração Pública Federal a adotarem medidas para o aumento da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais, em especial energia elétrica, água e papel, considerando a adesão do País aos acordos internacionais: Agenda 21, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e Processo Marrakech, bem como o disposto na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, na Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, além do relatório final de auditoria:

9.11.1 aos Tribunais de Contas Estaduais, Municipais e dos Municípios, propondo a estes que avaliem a conveniência e a oportunidade de realizarem auditorias operacionais com o objetivo de avaliar as ações para promoção do uso racional e sustentável de recursos naturais consumidos nas instalações prediais da Administração Pública de seus respectivos estados e municípios; (TCU – Acórdão nº 1.752/2011 – Plenário – Rel. Ministro André Luís de Carvalho – Sessão: 29.06.11)

E mais, nosso entendimento é o de que nos órgãos públicos signatários de termo de adesão com o Ministério do Meio Ambiente para implantação do Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) é *dever* da unidade de consultoria jurídica atentar para a observância das diretivas fixadas no termo que sejam aplicáveis às contratações.

Da nova realidade das contratações públicas sustentáveis não

pode o parecerista aparta-se, prendendo-se a concepções jurídicas formalistas e estanques, sem diálogo com os demais campos do conhecimento. O direito também é dinâmico e, uma vez positivado, a nova realidade das licitações sustentáveis pressupõe uma atuação profissional com interdisciplinaridade, tendo por parâmetros os princípios constitucionais democraticamente estabelecidos.¹¹

4 Conclusões

- 1) O Estado, no exercício de suas atividades administrativas, deve nortear-se pela escolha de instrumentos que favoreçam a consecução dos princípios e objetivos constitucionais.
- 2) A licitação é instrumento jurídico viabilizador, em concreto, do desenvolvimento sustentável previsto na Constituição Federal de 1988.
- 3) A Lei nº 12.349/10 não introduziu as licitações sustentáveis no ordenamento jurídico brasileiro e estas já ocorriam mesmo sem previsão legislativa expressa na Lei nº 8.666/93, com ênfase na especificação do objeto contratual e na motivação administrativa.

Referências

BARCESSAT, Lena. Papel do Estado brasileiro na ordem econômica e na defesa do meio ambiente: necessidade de opção por contratações públicas sustentáveis. *In*: SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). *Licitações e contratações públicas sustentáveis*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*.

São Paulo: Saraiva, 1989.

HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (Org.). O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In: Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania* São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 17. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2009.

RODRIGUES, Valdemar J. *Desenvolvimento sustentável: uma introdução crítica*. Portugal: Princípia, 2009.

SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Org.). *Licitações e contratações públicas sustentáveis*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

¹ O conceito de desenvolvimento sustentável não é hermético porque decorrente de contextos históricos mundiais que, dentro de um processo dialético, tendem a se transformar. Esta premissa, contudo, não afasta a possibilidade de, hoje, e com base nos instrumentos de direito internacional público e na Constituição Federal Brasileira de 1988, apresentar uma conceituação.

² Direito internacional ambiental como fundamento jurídico para as licitações sustentáveis no Brasil. *In: SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). Licitações e contratações públicas sustentáveis*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

³ BARCESSAT, Lena. Papel do Estado brasileiro na ordem econômica e na defesa do meio ambiente: necessidade de opção por contratações públicas sustentáveis. *In*: SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). *Licitações e contratações públicas sustentáveis*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 70.

⁴ *Idem*, p. 72.

⁵ Artigo 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Artigo 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

⁶ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 100.

⁷ <http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=138067&id_site=777>. CSIPAI, Luciana Pires. Acesso em: 26 mar. 11.

⁸ RAMOS, Valéria Theodoro. Exposição em reunião do Grupo de Estudos para alteração do Decreto nº 5.940/06 (Receita Federal – DERAT SP, AGU, INSS, Prefeitura SP), junho 2011.

⁹ LAYRARGUES, Philippe Pomier (Org.). O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In: Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania* São Paulo: Cortez, 2008. p.181.

¹⁰ O Estado de São Paulo antecedeu a Política Nacional e a Lei Estadual nº 12.300, de 16.03.06, estabeleceu sua Política Estadual de Resíduos, com princípios e diretrizes. Em andamento, estudo sobre sua efetividade.

¹¹ Compartilhamos do entendimento de Valdemar J. Rodrigues, para quem “a sustentabilidade como ideal só poderá desenvolver-se e resistir aos sobressaltos e convulsões dos dias que correm se firmemente ela estiver ancorada aos valores que até hoje mostraram ser capazes de sobreviver ao tempo e à circunstância, e que fazem parte do patrimônio comum da humanidade. A democracia constitui nesse sentido possivelmente o veículo mais poderoso para a revelação duradoura do ideal de sustentabilidade (*Desenvolvimento sustentável: uma introdução crítica*. Parede, Portugal: Princípiã, 2009. p. 175).
